

A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA AO CAPITAL: as formas de subordinação camponesa no município de glória de Dourados – MS

Laudiceia Neiva Roldão Azevedo¹
Maria Aparecida C. S Lourenção²
Simone Maria Leme³

Resumo

As transformações do espaço rural no Brasil expandiram-se principalmente a partir da década de 1960 devido ao intenso processo de industrialização. Em Glória de Dourados-MS, a inserção da agroindústria inicia-se na década de 1990, com o programa de diversificação rural objetivando atingir os pequenos proprietários. A partir de então, dá-se início a uma nova fase na vida socioeconômica dos camponeses do município, impulsionada pela expansão da agroindústria da avicultura. A questão central que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa foi analisar o processo de reprodução do capital pela subordinação camponesa no município de Glória de Dourados – MS, e as contradições contidas no interior da relação entre campesinato e o modo de produção capitalista. Para observar essas relações foram realizadas entrevistas com os camponeses do município. Observou-se que os camponeses desenvolvem a avicultura, e outras atividades, sejam elas voltadas para o mercado ou para a subsistência, construindo formas de se reproduzirem enquanto camponeses. Foi possível identificar as relações entre empresa e o camponês, a relação do trabalho familiar e a posição desses sujeitos com relação à subordinação da renda da terra ao capital. Alguns camponeses enfrentam um financiamento de longo prazo para a instalação de aviários, permanecendo assim no campo, mesmo que subordinados à agroindústria. Desta forma, a recriação e manutenção do campesinato em Glória de Dourados, ocorre também a partir da adequação do camponês ao sistema capitalista, estes veem na subordinação à agroindústria uma forma de se manterem camponeses.

Palavras-chave: Camponês, Agroindústria, Subordinação do trabalho

Introdução

As transformações do espaço rural no Brasil expandiram-se principalmente a partir da década de 1960 devido ao intenso processo de industrialização. Os processos decorrentes da ampliação do capitalismo no campo pressionam os camponeses a aderirem e se sujeitarem as leis impostas por este modo de produção, transformando muitos em proletários e parte deles subjugados a esta lógica de produção.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: laudiceiaep@hotmail.com;

² Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: mariaaplourencao@hotmail.com;

³ Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: simone.leme@ifms.edu.br.

Segundo Martins (1983) o camponês interpreta sua relação com a terra de modo diferente que o Capital, para o capitalista a terra é “terra de negócio” e para o camponês a terra é “terra de trabalho”.

Segundo Moura (1988), a expansão da agroindústria no meio agrário veem transformando o camponês em um trabalhador para o capital, no entanto, sem transformá-lo em operário. Nesse sentido os camponeses têm sujeitado sua mão de obra e a renda da terra a empresas capitalistas para se reproduzirem enquanto camponeses, mantendo o seu modo de vida e o objetivo de permanência no campo, enquanto o Capital se apropria do trabalho do núcleo familiar através da manutenção das relações de produções não capitalistas. De acordo com Oliveira (1991) é nesse processo de sujeição da renda da terra que o capital entra no mundo do camponês.

Autores Marxistas como Kautsky e Lenin, teorizaram em suas obras o fim do campesinato. Para Kautsky (1980), o fim do campesinato estava anunciado, em virtude da formação de uma classe proletária e uma burguesa, a partir do desenvolvimento de relações capitalistas no campo. Haveria um processo de industrialização no campo, resultante do uso de maquinários, insumos e técnicas modernas, esse processo resultaria na modernização do campo e a evolução para a constituição de empresas rurais, provocando a total expropriação do camponês.

Lenin (1982) acreditava que a expansão das relações capitalistas de produção levaria a diferenciação social campesina, ou seja, os camponeses que obtivessem renda se tornariam pequenos capitalistas (camponeses ricos) e outros tenderiam ao empobrecimento e a proletarização. O mercado interno para o capitalismo é resultado de seu processo de desenvolvimento, aprofunda a divisão social do trabalho e transforma camponeses em capitalistas e operários.

Chayanov (1974) ressalta que a economia familiar não é um modo de produção, como se entende o capitalismo e o socialismo, mas sim um “modo de produção específico”, porém, subordinado e inserido no sistema dominante, capaz de adaptar-se às regras gerais da formação econômica vigente. Os camponeses que resistiram à inserção do capitalismo no campo sem vender suas terras se encontraram com uma nova alternativa de reprodução, a subordinação do trabalho às agroindústrias, ou seja, numa junção entre camponês e capitalista no processo de reprodução do capital.

Com as transformações no campo a partir da inserção do capitalismo, o desenvolvimento do campesinato tem sido redirecionado, com o surgimento de latifúndios na criação de gado de corte e o arrendamento de terras para o cultivo da cana-de açúcar, soja e milho. E ainda, a reprodução do capital baseada na subordinação camponesa, por meio da integração avícola, suína e sericicultora. Essas transformações não ocorreram somente no meio físico econômico do campo, influenciou também intensamente na vida do camponês. Esse, que antes produzia para subsistência e venda do excedente, enfrentando dificuldades frente à modernização da agricultura, tivera como opções; a venda de suas terras ou a entrega e subordinação da sua força de trabalho, ou seja, o controle do seu tempo à agroindústria, como alternativa para a sua manutenção no campo enquanto camponês.

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais frequentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação. A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutro lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 27).

É nítida a participação do Estado no processo de desenvolvimento do capital, por meio da modernização da agricultura, através de incentivos fiscais, créditos e outros, para a viabilização da integração indústria-agricultura. Porém há escassez de efetividade nos incentivos partindo do Estado para o camponês, que possibilite condições favoráveis para a manutenção do camponês no campo.

De acordo com Marques (2008), a diversidade de relações camponesas existente em cada formação territorial, resulta de processos históricos complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas. Nesse processo, o Estado desempenha um papel-chave como mediador dessas relações.

A questão central que orientou o desenvolvimento dessa pesquisa foi analisar o processo de reprodução do capital pela subordinação camponesa no município de Glória de

Dourados – MS, e as contradições contidas no interior da relação entre campesinato e o modo de produção capitalista.

A origem da cidade de Glória de Dourados está ligada ao processo de ocupação a partir do projeto de Colonização Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da distribuição de lotes propiciando a formação das pequenas propriedades.

A partir da década de 1970 há uma redefinição na divisão territorial do trabalho em nível nacional, por meio da inserção do capitalismo no campo e a intensificação do processo de industrialização. É nesse contexto, a partir de 1990, que surge o programa de diversificação rural, por meio da integração agricultura e indústria.

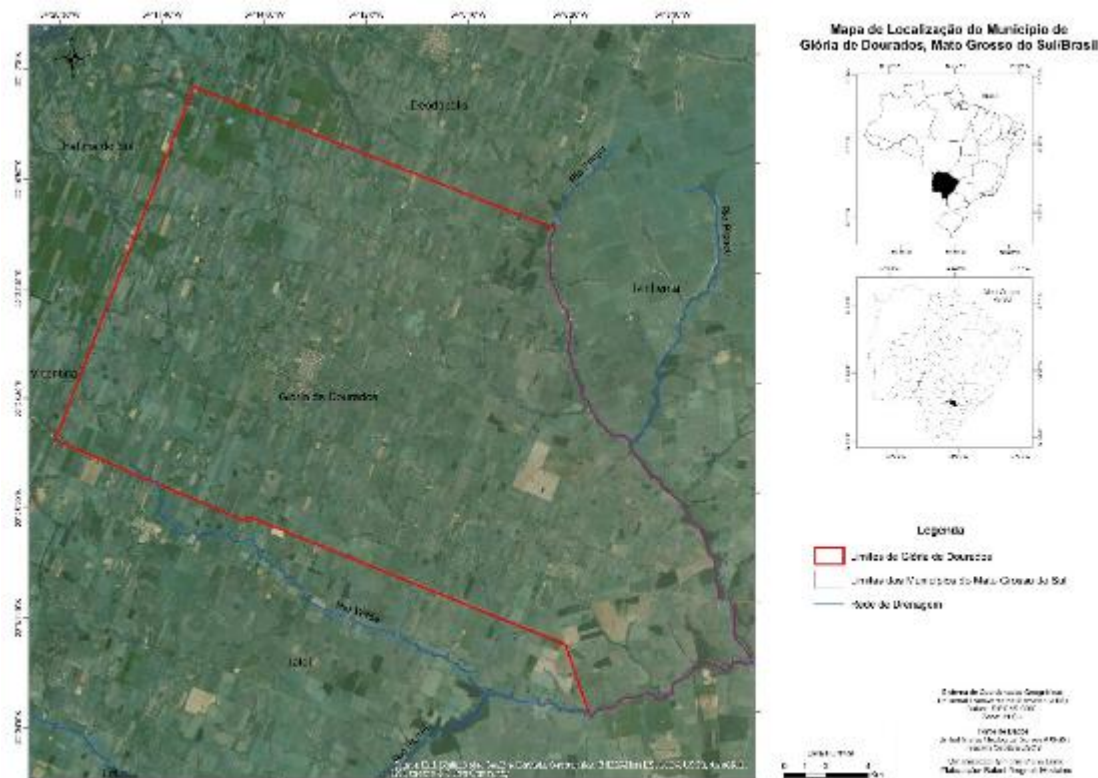
No início da década de 1990, o programa de diversificação rural visando o “desenvolvimento” dos pequenos proprietários, insere as primeiras agroindústrias no campo, especialmente a avicultura, iniciando uma nova fase socioeconômica do campesinato do município.

A pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica a partir da busca de autores nacionais e internacionais, que discutiram as questões agrárias no âmbito da subordinação camponesa ao capital.

Posteriormente realizou-se a coleta de dados secundários em órgãos oficiais específicos, como a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o objetivo principal de caracterizar a área de estudo identificando a quantidade de propriedades rurais no município.

Posteriormente realizou-se a coleta de dados primários por meio da técnica de entrevista, aplicada a uma amostra de 15 avicultores integrados a agroindústria, também foi realizada uma entrevista com o presidente da associação dos avicultores (AVIGLORIA), com o intuito de verificar a relação camponês e indústria.

O município de Glória de Dourados localiza-se no Estado de Mato Grosso do Sul, na Região sudoeste do Estado, na microrregião de Iguatemi. O município é limitado pelas coordenadas geográficas de 22°25'03" de Latitude Sul e 54°13'57" de Longitude Oeste, possui uma área de 494 km². Seus limites são: a Norte e a Nordeste, os municípios de Jateí e Novo Horizonte do Sul; ao Sul e a Sudeste faz divisa com Jateí; a Oeste, com Vicentina e a Noroeste, com Fátima do Sul (**Mapa 01**).



Mapa 01 – Localização do Município de Glória de Dourados-MS.

As formas de subordinação camponesa no município de Glória de Dourados – MS

O processo de industrialização no campo, traz consigo, a expropriação dos camponeses, a concentração de terras e a subordinação dos que resistem à lógica contraditória da reprodução capitalista.

No processo de reprodução ampliada do capital no campo, em alguns casos temos relações que forçam a saída do camponês do campo vindo a habitar as periferias da cidade, mas também a permanência dele, através de possíveis adequações ao sistema capitalista, para a manutenção da própria condição camponesa. Oliveira (1986), explica que o desenvolvimento do capitalismo é resultado de um processo contraditório de reprodução ampliada do capital, sendo que o capitalismo depende tanto da produção imediata quanto da circulação dos produtos, gerando o ciclo de trocas: mercadoria por dinheiro e dinheiro por mercadoria. Esse, expropriado da terra e dos instrumentos de trabalho passam a ter como única alternativa, a venda da sua força de trabalho ao capitalista. Essa relação se materializa na problemática agricultura e indústria no município de Glória de Dourados.

A agroindústria da avicultura em Glória de Dourados, enquanto reprodutora do capital, utiliza-se da integração indústria e camponês como uma forma de reprodução não tipicamente capitalista, por estar engendrada nesse processo a mão-de-obra familiar e uso da pequena propriedade. No entanto, a relação será capitalista na industrialização e na circulação do produto, que não exclui o camponês do processo de reprodução do capital, mas sim, dos seus meios de produção.

No decorrer deste trabalho, pode-se observar com clareza a relação indústria e agricultura, como resultado do processo contraditório da reprodução do capital a subordinação camponesa necessária a este processo. De acordo com Misuzaki (2003), “é necessário analisar as especificidades do sistema de integração em que a renda da terra é gerada pelo trabalho familiar”, e está no trabalho que os camponeses colocam no mercado, ou seja, a produção de capital está vinculada à sujeição da renda da terra ao capital.

Na agricultura camponesa, a relação familiar vai além da mão-de-obra, são valorizadas as especificidades, o modo de trabalho o porquê de produzir de acordo com suas necessidades, tendo como objetivo a garantia da satisfação das necessidades de consumo da família, por meio do equilíbrio entre trabalho e consumo. No campesinato atrelado à indústria essa relação social é modificada, pois a exigência da indústria pelo fruto do trabalho desses camponeses ultrapassa o tempo destinado à sua reprodução social, sob imposições de empresas capitalistas, agregada a busca de maior rendimento, incentiva a intensificação do trabalho camponês.

A integração das pequenas propriedades ao complexo industrial no município de Glória de Dourados inicia-se com a implantação do “programa de diversificação econômica Rural” em 1994, no Governo de Jairo de Vasconcelos, visando buscar alternativas de “desenvolvimento”, o programa visava atender os pequenos proprietários rurais, incentivando as seguintes atividades econômicas: bovinocultura de leite, avicultura, suinocultura, sericicultura e em escala menor, a piscicultura e apicultura, por meio de facilidades do financiamento, parcelado em prazos de cinco a dez anos, deixando a propriedade como garantia.

Essa diversificação foi constatada a partir das entrevistas realizadas, observou-se que os camponeses desenvolvem a avicultura, e outras atividades, sejam elas voltadas para o mercado ou para a subsistência, construindo formas de se reproduzirem enquanto camponeses. Foi possível identificar as relações entre empresa e o camponês, a relação do

trabalho familiar e a posição desses sujeitos com relação à subordinação da renda da terra ao capital.

Percebe-se o descontentamento dos camponeses frente às exigências da empresa, devido a pequena aferição de renda e a impossibilidade de ampliação da produção. Alguns camponeses em Glória de Dourados exercem a produção agrícola em pequena escala e vendem seus produtos em feiras livres, não obtendo rendimentos suficientes para o sustento da família, com isso muitos vinculam-se a agroindústria enfrentando um financiamento de longo prazo, para a instalação de aviários, pocilgas para continuarem no campo, mesmo que subordinados à agroindústria.

Mediante a pesquisa foi constatada as imposições e determinações feitas pelo capital ao processo de trabalho camponês, conforme abordado por Santos (2007), observa-se a conversão da terra em mercadoria; leva os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, estabelece a produção de valor de troca; estende a jornada de trabalho da família camponesa; controla parcialmente o processo de produção camponês; favorece a dependência ao capital financeiro para repor os meios de produção e por meio das relações de trocas desiguais provoca a exploração do trabalho camponês.

Na relação capitalista, a exploração do trabalho camponês se dá de forma disfarçada, na materialização das mercadorias da qual será extraído o lucro do capitalista, a mais-valia. Martins pontua que o *“trabalho humano é um produto social contraditoriamente acumulado nas mãos particulares do capitalista”* (MARTINS, 1983p. 158).

O processo de inserção de técnicas no campo, produção para exportação, enfim, todo o invólucro do sistema capitalista, tem mudado o camponês, sua relação com a terra. Entretanto, as resistências, mesmo que intrinsecamente ao processo de reprodução do capital, são existentes. O camponês ainda vive, engendrado ao processo contraditório da produção capitalista, tentando sua sobrevivência por meio de lutas e resistências.

Fabrini (2002), destaca *“luta pela terra, é mais do que luta por terra. É luta pela possibilidade de existência, territorialização das relações camponesas e de solapamento de uma ordem social regida pelo capital.”* (FABRINI, 2002 p.274). Percebe-se nesta dinâmica, que a resistência camponesa extrapola o sentido primordial de permanência na terra, mas se levanta contra uma ordem econômica social impositiva, nesse sentido, a existência do campesinato está marcada por um descompasso entre os desenvolvimento das forças

produtivas e as relações sociais, ou seja, as forças sociais não são subordinadas as forças produtivas. Mesmo que estas se apropriem do trabalho camponês no processo produtivo.

Os camponeses subordinados às relações capitalistas de produção se constituem em fração da classe trabalhadora porque são atingidos pela ordem capitalista de exploração e distribuição do produto social. O conflito de classes no campo não está restrito ao conflito existente entre operários agrícolas e burguesia rural/proprietários de terra, a compreensão da resistência do campesinato, funda-se nas relações sociais e as forças de produção de mercadorias. A economia mercantil capitalista possui uma tendência ilimitada de ampliação da produção possibilitada pela divisão cada vez maior do trabalho, o que não ocorre com a economia camponesa, que desenvolve suas atividades de acordo com as necessidades do núcleo familiar, revelando uma racionalidade econômica camponesa diferente de uma racionalidade econômica capitalista, visa somente sua reprodução social, ou seja, enquanto de permanecerem camponeses.

WOORTMANN (1990), discorre sobre a campesinidade, para o autor a ela corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos de indivíduos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida, e resistência.

A Integração a agroindústria, é justificada pelos camponeses pela escassez de alternativas de produção, pois a produção agrícola em pequena escala não lhes rendem suficiente para o sustento da família, considerando ainda o transporte das mercadorias até a feira livre, ou a venda de porta em porta, para a absorção de mercadoria. Resistem ao investimento por conta própria, devido à ausência de garantia de que o fruto do seu trabalho poderá lhe render o sustento e a quitação da sua dívida feita para o preparo da terra.

A ilusória garantia do montante a receber no final de cada produção o faz enfrentar longos anos de financiamento, perdendo mesmo que momentaneamente a propriedade da terra.

Algumas questões são pontuadas pelos camponeses, ao se sentirem pressionados ou até mesmo lesionados, com relação às exigências impostas pela empresa de avicultura, imposições essas que somariam ou subtrairiam ao pagamento da produção. Entretanto, para somar, ou seja, para que o camponês seja bonificado deverá atender à exigência imposta, o que acarreta muitas vezes o aumento na sua jornada de trabalho e outrora o desconto na

produção pela melhoria da infraestrutura, cuja benesse é inteiramente direcionada a empresa, porém maquiada como benefício para o camponês.

Essas e outras questões têm propiciado certo desânimo em alguns camponeses, fazendo com que pensassem numa possível ruptura com a integração, no entanto, o contrato formulado, torna o camponês refém do sistema. Essa relação tem se tornado ainda mais complexa com a fusão das empresas, Sadia e Perdigão e o surgimento da BRF, algumas mudanças tem ocorrido nesse setor, como; exigência para o aumento da produtividade; incentivo a formação de núcleos produtivos, ou seja, o projeto de expansão da agroindústria, é contínuo e a relação com o camponês integrado torna-se instável dependendo do seu perfil.

Em pesquisa a campo, o presidente da associação dos avicultores do município, relatou o estreitamento na relação produtor e indústria, segundo ele, devido ao grande porte das empresas movidas por acionistas, o acesso a alguém com influência representativa é escasso, impossibilitando o atendimento das reivindicações e negociações dos produtores. Atualmente, no município estão presentes 3 empresas agroindustriais, BRF, JBS e Frango Bello. Sendo que, a empresa BRF integra 33 avicultores, a JBS integra 02 avicultores e a Frango Bello integra 02 avicultores. O maior número de integração da BRF, justifica-se pelo porte da empresa, e a fusão dela com a Perdigão e Sadia.

No entanto, tem havido maior interesse dos camponeses do município, pela integração à empresa Frango Bello, para qual estão sendo construídos, cerca de 12 barracões. Esse aumento justifica segundo ele, pela facilidade de acesso a diretoria da empresa e a expectativa de uma relação mais concreta com a indústria, e a firmeza da sua manutenção no campo.

Verifica-se nas visitas às unidades de produção camponesa, que a atividade da avicultura convencional integrada (propriedades com 2 a 4 barracões contendo 16 a 20 mil aves), tende a enfraquecer no município, caso não ocorra a adequação ao sistema moderno de produção exigido pelas empresas, já que a produtividade dessas unidades não será compatível com o porte da empresa.

Observa-se a preocupação do representante da associação, mediante a substituição da avicultura convencional pelas empresariais (formadas por meio de núcleos de até 20 barracões, contendo até 40 mil aves em cada um), muitos produtores que não possuem esse poder de investimento serão sucumbidos e deixarão de existir. É nítida a inexistência da importância dada aos produtores pela empresa, ou seja, mesmo estando no raio de produção, os avicultores convencionais não são relativamente importantes devido ao custo para

escoamento de insumos, para a assistência técnica, considerada não compensatória e baixa a produtividade por eles garantida.

Segundo Coser (2010), a partir de índices de produtividade determinados, e de regras sobre utilização dos insumos definidas, tem-se a principal forma da empresa integradora controlar a produção de seus integrados. A remuneração e a permanência do produtor na atividade é influenciada pelo desempenho que os produtores se comprometem a alcançar. Neste trabalho, o autor pontua o oportunismo criado a partir da falta de clareza nos contratos feitos pelas empresas, concedendo a ela uma flexibilidade de acordos, submetendo o camponês produtor as suas exigências. O autor ainda afirma que,

As mudanças relacionadas ao ambiente organizacional, como a concentração empresarial por parte das agroindústrias e o aumento das escalas de produção por parte dos integrados; as alterações impostas pelo ambiente institucional, que impõem regras mais rígidas de produção em relação aos aspectos ambientais, sociais, de segurança dos alimentos e bem-estar animal; e o aumento das exigências dos consumidores externos e internos; são todos fatores que aumentarão a complexidade desta relação de negócios, e muito provavelmente induziram uma mudança na agenda dos participantes desta relação. (Coser, 2010 p. 138).

Em Glória de Dourados, os camponeses que exercem a atividade da avicultura, encontram-se num momento delicado, visto que, as mudanças ocorridas a partir da produção com escala ainda maior que a convencional, tem direcionado a atividade para grandes investimentos, inviabilizando aos pequenos, prendendo os camponeses, por meio da submissão as regras e a remuneração imposta, que na visão desse, seria a única alternativa, já que o compromisso fora feito e continuam na atividade até a quitação da dívida adquirida para a integração.

Considerações finais

A recriação do campesinato em Glória de Dourados, ocorre como a adequação do camponês ao sistema capitalista, como forma de permanência no campo os camponeses se subordinam à agroindústria.

Apesar das transformações ocorridas no campo, percebeu-se com a pesquisa, que nas vidas desses sujeitos estão presentes os elementos teórico-práticos debatidos por autores que discutem campesinato, enquanto forma de resistência à expansão capitalista. Influências do Estado e do mercado têm permeado suas sociedades e a natureza da família camponesa e da

comunidade local, no entanto, a ligação com a terra permanece forte, e nela eles buscam manter seu “modo de vida”.

A resistência camponesa explica-se em grande medida por estar assentada em uma territorialidade e temporalidade diferentes, que não incorporam os valores da sociedade capitalista, reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros dessa coletividade, que firma-se na natureza da economia familiar.

Conclui-se que as políticas adotadas, a partir da integração das pequenas propriedades ao complexo industrial no município de Glória de Dourados através da implantação do “programa de diversificação econômica Rural” com vistas ao “desenvolvimento”, trazia em seu bojo os interesses das parcelas vinculadas ao Capital agroindustrial.

Por sua posição subordinada, a classe camponesa está, por definição, sujeita à extração de excedentes, o que pode favorecer os interesses do Estado, e de segmentos específicos do capital ou do processo de acumulação em geral. Em Glória de Dourados, a extração de excedente da produção camponesa através da integração a agroindústria da avicultura, implicam a redução de sua capacidade de investimento e mudança estrutural de sua base produtiva e têm tornado a unidade de produção doméstica dependente de recursos de origem externa, seja do Estado, seja via sistemas de crédito, para adequar-se a novos padrões de produção.

Através das entrevistas realizadas, percebeu-se a insatisfação com a falta de políticas eficientes, que primem estes sujeitos, que se veem obrigados a adesão de práticas distintas ao seu modo de vida, que acabam por roubar seu tempo, seu trabalho e sua paz.

Referências Bibliográficas

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad economic campesina**. Trad. R.M. Russivich. Buenos Aires: Nueva vision SAIC, 1974.

COSER, Fabiano José. **Contrato de integração de suínos: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira**. Brasília, 2010. 160 p. Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa.** Presidente Prudente: Unesp, 2002.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no brasil: um renovado desafio à reflexão teórica** In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008. p. 70.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1983.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Território, Economia e Desenvolvimento Regional) – Instituto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo. 2003.

MOURA, Maria Margarida de. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979

SANTOS, Régis Ricci dos. **A territorialização do capital e as relações camponesas de produção.** Campo- Território revista de geografia agrária, v. 2, n. 3, p. 40-64, fev., 2007.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral.** In Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.